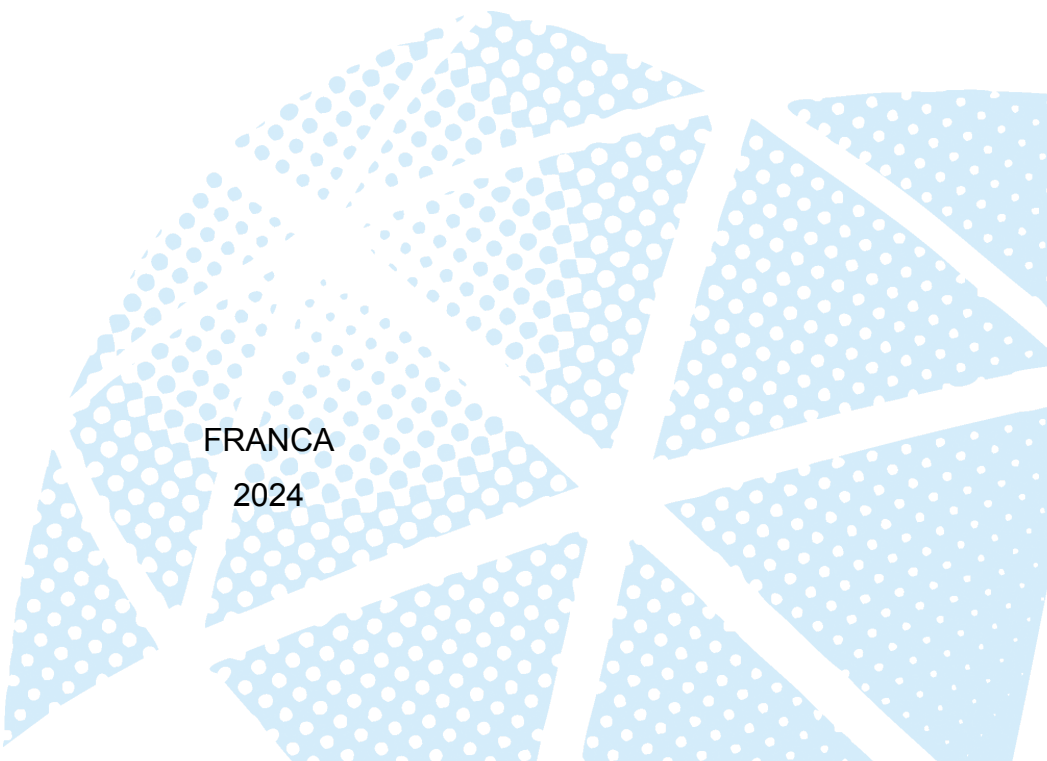


**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - Campus de Franca**

**GABRIELA MARQUES DE SOUZA**

**Gestão da Política de Meio Ambiente e os impactos para o alcance dos Objetivos  
de Desenvolvimento Sustentável.**

FRANCA  
2024



**GABRIELA MARQUES DE SOUZA**

**Gestão da Política de Meio Ambiente e os impactos para o alcance dos Objetivos  
de Desenvolvimento Sustentável.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada à Universidade Estadual  
Paulista (UNESP), FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, Franca,  
para obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José de  
Oliveira Lima

FRANCA

2024

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| M357g | <p>Marques de Souza, Gabriela</p> <p>Gestão da Política de Meio Ambiente e os impactos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. / Gabriela Marques de Souza. -- Franca, 2024</p> <p>57 p. : tabs., fotos</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientadora: Maria José De Oliveira Lima</p> <p>1. Gestão de Políticas Públicas. 2. Questão Ambiental. 3. Sustentabilidade. I. Título.</p> |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**GABRIELA MARQUES DE SOUZA**

**Gestão da Política de Meio Ambiente e os impactos para o alcance dos Objetivos  
de Desenvolvimento Sustentável.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, Franca, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração:

Data da defesa: 08/12/2024

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Maria José de Oliveira Lima

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - Campus de Franca

Profª. Drª. Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - Campus de Franca

Me.. Amabile Maria de Moura Passos

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - Campus de Franca

Dedico este trabalho a todas as mulheres  
que vieram antes de mim, cujas histórias,  
lutas e conquistas moldaram a pessoa que  
sou hoje

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, aos Orixás, por guiarem meus passos e iluminarem meu caminho ao longo desta jornada. Sua proteção e sabedoria estiveram presentes em cada desafio superado, oferecendo-me forças e fé renovadas. Com a sua orientação espiritual, fui capaz de enfrentar os obstáculos e alcançar esta conquista, sempre com confiança na sua presença protetora.

À minha mãe, minha maior fonte de amor incondicional, força e resiliência. Você foi mais do que um apoio nos momentos de dificuldade, foi a razão pela qual nunca desisti. Seu carinho, sua confiança em mim e suas palavras de incentivo me acompanharam desde os primeiros passos da minha educação até este momento. Em muitas ocasiões, você acreditou em mim quando eu mesma duvidava de minhas capacidades. Esta vitória é tão sua quanto minha, pois sem seu amor incondicional, sua dedicação e seu exemplo de superação, nada disso teria sido possível. Você é a luz que ilumina minha vida e a fonte incessante de minha inspiração.

Ao meu babalorixá Drºh.c Luciano Raminelli que foi mais que um guia espiritual foi um verdadeiro pai, sou profundamente grata por sua presença constante, por suas palavras de sabedoria e por seu cuidado. Sua orientação, alicerçada nos ensinamentos dos orixás, me fortaleceu em cada passo dessa trajetória, e sua fé em mim foi uma inspiração para que eu nunca desistisse dos meus objetivos

Agradeço também à minha orientadora, Profª. Drª Maria José de Oliveira Lima, pela paciência, dedicação e pela confiança depositada em mim. Suas orientações precisas e seu incentivo constante foram essenciais para a realização deste trabalho. A sua orientação acadêmica foi fundamental para o meu crescimento, tanto intelectual quanto pessoal, e sou profundamente grata por cada ensinamento e pela parceria ao longo de todo o processo.

Aro José, meu fiel companheiro, também merece meu agradecimento. Sua adoção durante a graduação trouxe alegria, carinho e conforto nos momentos mais desafiadores. Sua presença constante e amor incondicional foram fundamentais para me manter equilibrada e motivada, lembrando-me da importância do mais puro amor

que um ser humano possa receber. Você foi uma fonte de tranquilidade e afeto, e sem dúvida, contribuiu para meu bem-estar emocional ao longo dessa jornada.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste projeto, seja com palavras de apoio, incentivo ou orientação, meu sincero e eterno agradecimento. Cada gesto de apoio foi fundamental para que este momento se tornasse realidade.

“O Homem é a mais insana das espécies. Adora um Deus invisível e mata uma natureza visível, sem perceber que a natureza que ele mata é esse Deus invisível que ele adora.”

(Hubert Reeves)

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a Gestão da Política de Meio Ambiente e os impactos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O estudo aborda o plano municipal de Meio Ambiente da cidade de Franca/SP e os principais resultados alcançados e as dificuldades enfrentadas pela administração pública, com a implementação de práticas sustentáveis em áreas como o gerenciamento de resíduos sólidos, saneamento básico e preservação dos recursos naturais. Durante a realização da pesquisa buscou entender se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são tomados como diretrizes para o planejamento da cidade em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. As análises destacam a importância de políticas específicas e de programas locais desenvolvidas no município, como exemplo, o incentivo ao uso de energias renováveis. Mas fica evidente que as limitações de investimento em recursos financeiros e a necessidade de uma conscientização mais ampla da população, são os grandes desafios para uma atuação integrada e de longo prazo para uma gestão ambiental eficaz e sustentável.

**Palavras-chave:** Gestão de Políticas Públicas; Questão ambiental; Sustentabilidade.

## SUMMARY

This work presents a reflection on the Management of Environmental Policy and the impacts on achieving the Sustainable Development Goals. .The study addresses the municipal Environmental Plan of the city of Franca/SP and the main results and difficulties faced by public administration, with the implementation of sustainable practices in areas such as solid waste management, basic sanitation and preservation of natural resources. During the research, we sought to understand whether the Sustainable Development Goals (SDGs) are taken as guidelines for city planning from a sustainable development perspective. The analyzes highlight the importance of specific policies and local programs organized in the municipality, such as encouraging the use of renewable energy. But it is clear that the limitations of investment in financial resources and the need for broader awareness among the population are the major challenges for integrated, long-term action towards effective and sustainable environmental management.

**Keywords:** Public Policy Management; Environmental issue; Sustainability.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                     |    |
|-----------------------------------------------------|----|
| Foto 1 – Arraial de Franca 1827                     | 37 |
| Foto 2 - Estação Mogiana 1930                       | 39 |
| Foto 3 - Entrada do Jardim Zoobotânico de Franca/SP | 45 |
| Foto 4- Animais Resgatados pelo VITAS               | 47 |
| Foto 5 - Animais Resgatados pelo VITAS              | 47 |
| Foto 6- Abelhas resgatadas                          | 47 |
| Foto 7- ECOPONTOS                                   | 53 |

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELO MEIO AMBIENTE

32

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|                |                                                                          |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------|
| <b>ABES</b>    | Associação Brasileira de Engenharia Sanitária                            |
| <b>AGAPAN</b>  | Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente                                |
| <b>APPs</b>    | Áreas de Preservação Permanente                                          |
| <b>CEEE</b>    | Companhia Estadual de Energia Elétrica                                   |
| <b>CEP</b>     | Comitê de Ética em Pesquisa                                              |
| <b>CONAMA</b>  | Conselho Nacional do Meio Ambiente                                       |
| <b>COMDEMA</b> | Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente                            |
| <b>COP</b>     | Conferência das Partes                                                   |
| <b>CORSAN</b>  | Companhia Riograndense de Saneamento                                     |
| <b>FAAP</b>    | Fundação Armando Álvares Penteado                                        |
| <b>GESTA</b>   | Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social                 |
| <b>IBAMA</b>   | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| <b>IDHM</b>    | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal                               |
| <b>MDB</b>     | Movimento Democrático Brasileiro                                         |
| <b>MMA</b>     | Ministério do Meio Ambiente                                              |
| <b>ODM</b>     | Objetivo de Desenvolvimento do Milênio                                   |
| <b>ODS</b>     | Objetivo de Desenvolvimento Sustentável                                  |
| <b>ONU</b>     | Organização das Nações Unidas                                            |
| <b>PNMA</b>    | Política Nacional de Meio Ambiente                                       |
| <b>RCC</b>     | Resíduos de Construção Civil                                             |
| <b>SABESP</b>  | Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S/A                |
| <b>SISNAMA</b> | Sistema Nacional de Meio Ambiente                                        |
| <b>UNFCCC</b>  | Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima              |
| <b>USP</b>     | Universidade de São Paulo                                                |

**VITAS**

Viveiro Transitório de Aves Silvestres

## SUMÁRIO

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                   | <b>16</b> |
| <b>2 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>                       | <b>18</b> |
| 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....                                                       | 19        |
| 2.2 QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL.....                                                | 21        |
| 2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS.....                                            | 24        |
| <b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE NO BRASIL.....</b>                                | <b>28</b> |
| 3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE NO BRASIL.....                                    | 29        |
| 3.2 A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE...                     | 32        |
| 3.3 OS CAMINHOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E A EFETIVAÇÃO DOS ODS.....          | 35        |
| <b>4 A GESTÃO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP.....</b> | <b>36</b> |
| 4.1 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE FRANCA SP.....                                         | 37        |
| 4.2- ASPECTOS AMBIENTAIS.....                                                              | 39        |
| 4.3 - A GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E OS IMPACTOS NOS ODS EM FRANCA..... | 40        |
| 4.3.1- O Plano Municipal de Meio Ambiente em Franca SP.....                                | 43        |
| 4.3.2- A Organização e Estrutura da Política Municipal de Meio Ambiente.....               | 45        |
| 4.3.3- Desafios e Implementação da Política.....                                           | 52        |
| <b>5 Considerações Finais.....</b>                                                         | <b>56</b> |
| REFERÊNCIAS.....                                                                           | 59        |

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema central a gestão de políticas públicas em municípios, com foco na identificação e compreensão das possibilidades de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Parte-se da premissa de que a gestão de políticas públicas é uma ferramenta crucial para a superação de desafios sociais e ambientais. A relevância desta pesquisa está atrelada à crescente importância mundial de implementar os ODS, visando promover relações humanas mais justas e sustentáveis, além de assegurar justiça social e preservação ambiental. Refletir sobre essas possibilidades implica entender a estrutura e o conteúdo da gestão dessas políticas públicas.

A pesquisa em questão busca compreender a gestão da política pública ambiental na cidade de Franca/SP, com o intuito de entender as possíveis contribuições para o alcance dos ODS. A escolha desse local se justifica pela proximidade da pesquisadora com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e pela participação ativa no Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS/Unesp/Franca.

Em junho de 2012, a ONU decidiu pela criação de um grupo para pensar na próxima agenda de ações globais. Desde então, os 193 Estados-membros discutiram estratégias de desenvolvimento sustentável, visando atender às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras. A Agenda Universal 2030 reflete esse esforço, propondo medidas ousadas e transformadoras para conduzir o mundo em uma trajetória sustentável e resiliente.

Em setembro de 2015, a ONU publicou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, elaborados com base nos avanços obtidos pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que vigoraram de 2000 a 2015. Embora tenham ocorrido progressos significativos, como a redução da pobreza e maior acesso à educação e água potável, os desafios globais ainda persistem.

Os 17 ODS consistem em 169 metas que formam um plano de ação de 15 anos, de 2015 a 2030, com o propósito de enfrentar os principais problemas da humanidade. Esses objetivos são interdependentes e abrangem as dimensões econômica, social e

ambiental do desenvolvimento sustentável. Embora os ODS sejam aplicáveis em diversas esferas, sua implementação enfrenta desafios devido à complexidade e diversidade das questões sociais e ambientais ao redor do mundo, que se manifestam de formas variadas e com diferentes graus de gravidade. A solução para esses problemas depende de políticas públicas que atendam às demandas da sociedade, respeitando suas especificidades e particularidades.

O objeto de estudo desta pesquisa é a gestão da política pública de meio ambiente no município de Franca/SP, com foco em compreender como essa gestão contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo geral é analisar essa política na perspectiva dos ODS, entendendo suas estratégias e a forma como elas são aplicadas no contexto local.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se desdobra em alguns objetivos específicos. O primeiro é estudar a realidade da questão ambiental no município, oferecendo um panorama das principais demandas e desafios locais. Em seguida, busca-se compreender a Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil, para contextualizar a atuação local em relação ao arcabouço legal e normativo nacional. Outro objetivo é conhecer o plano municipal de meio ambiente de Franca, entendendo suas diretrizes e metas. Além disso, será investigada a organização da gestão dessa política pública, com foco em sua estrutura e funcionamento no município. Por fim, a pesquisa pretende identificar as estratégias adotadas pela gestão municipal de meio ambiente que visam ao alcance dos ODS, avaliando sua eficácia e alinhamento com as metas globais de desenvolvimento sustentável.

Nesta pesquisa, foi adotado o materialismo histórico-dialético como método de análise e interpretação em todas as suas etapas, por ser considerado o mais adequado para compreender as manifestações do objeto de estudo em uma realidade que é essencialmente dinâmica e contraditória. Esse método permite apreender o objeto de estudo a partir de sua totalidade, historicidade e contradições, situando-o no contexto investigativo. O processo de conhecimento, segundo essa perspectiva, parte da aparência do objeto para alcançar sua essência, compreendendo sua estrutura e dinâmica.

Diante da proposta de estudo e das especificidades do tema, esta pesquisa possui um caráter exploratório, o que se alinha com os objetivos propostos. A abordagem é qualitativa, pois visa entender os significados, valores e relações humanas presentes no contexto estudado, considerando uma perspectiva subjetiva e interpretativa.

O desenvolvimento da investigação foi desenvolvido a partir de três tipos de pesquisa: bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica envolveu o levantamento de referências atualizadas que explicam e contextualizam o objeto de estudo. Na pesquisa documental, foi analisado o Plano Municipal de Meio Ambiente vigente na cidade de Franca, com o objetivo de entender a estrutura dessa política, suas ações e resultados. Já na pesquisa de campo, realizou-se uma entrevista semiestruturada com o gestor responsável pela política pública ambiental da cidade.

O trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. No primeiro apresenta uma revisão bibliográfica sobre a Questão Socioambiental e o Desenvolvimento Sustentável, visando compreender os significados de desenvolvimento sustentável e as relações entre a questão social e a questão ambiental. No segundo capítulo foi realizada uma reflexão sobre Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil com o objetivo de entender as propostas e limitações da política no âmbito nacional para, posteriormente, compreender as propostas do plano municipal de meio ambiente na cidade de Franca tratado no capítulo terceiro.

Esse estudo não tem a capacidade de finalizar e trazer grandes resultados pois, nenhum conhecimento está totalmente acabado. Simplesmente, as reflexões aqui apresentadas têm o propósito de finalizar a pesquisa sobre a gestão da política municipal de meio ambiente na cidade de Franca/SP, na perspectiva de refletir, problematizar e contribuir no avanço da ciência, na área da sustentabilidade socioambiental.

## **2 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A questão socioambiental e o desenvolvimento sustentável vem ganhando bastante destaque nas últimas três décadas, com a sensação eminente que cada dia

estamos a um passo do fim do mundo, discussões envolvendo o meio ambiente, populações originárias e desenvolvimento sustentável vem ganhando espaço nas discussões mundiais.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1988 a Comissão Mundial Sobre meio ambiente e Desenvolvimento, estabeleceu no documento conhecido como Relatório Brundtland que o desenvolvimento sustentável é

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.  
(COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, final da década de 1980, p. 49)

A palavra desenvolvimento normalmente está ligada ao conceito de crescimento econômico, crescimento tecnológico que leva ao crescimento social, esses conceitos desenvolvidos pela ordem capitalista afirma que só vamos evoluir com a exploração extrema de recursos naturais finitos, recursos esses que são essenciais para vida no planeta. (Ipiranga *et al.*2011)

O desenvolvimento sustentável está atrelado também, ao ideal da reciclagem, utilizando recursos que já foram produzidos anteriormente, além disso associada por um ideal de consumo consciente e voltado apenas à necessidade da vida e não ao luxo. É importante ter em mente que a ideia de desenvolvimento deve estar atrelada a questão de perpetuação, ou seja, o desenvolvimento sempre deve ser para o benefício da vida presente e das gerações futuras, considerando que os recursos são finitos e cabe a geração atual desenvolver formas para manter o mundo em condições de garantir vida. (Cruz,2022)

Podemos representar o conceito de desenvolvimento sustentável em três tópicos principais que são fortemente dependentes um dos outros e fortemente ligados a várias discussões envolvendo a questão do desenvolvimento sustentável, sejam eles ambiental, social e econômico. (Silva,2010)

Atualmente a definição mais aceita pelos estudiosos consiste que a questão ambiental refere-se a conservação dos recursos naturais e à redução dos impactos envolvendo as atividades humanas; a questão social aborda questões de equidade, justiça social e qualidade de vida para todas as pessoas e, por fim, a questão econômica visa garantir o crescimento econômico contínuo de maneira sustentável, levando em consideração a distribuição da riqueza produzida e os limites ecológicos, tendo em vista as necessidades das gerações futuras.(Cruz,2022)

Um exemplo recente que demonstra a necessidade de buscar o desenvolvimento sustentável é o grande desastre ambiental ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul (maio de 2024). Esse ocorrido foi reflexo da falta de equilíbrio entre o social, ambiental e econômico. Em outro momento histórico, esse Estado fora reconhecido nacionalmente pela criação de um código ambiental caracterizado pela participação da sociedade na sua elaboração e que, foi construído por um conjunto de audiências, discussões e ajustes, e contou com a contribuição de grandes nomes, como o ambientalista José Lutzenberger. Entretanto, atualmente, o governo de Eduardo Leite está sendo marcado por uma gestão que não tem como prioridade o desenvolvimento sustentável, a partir do equilíbrio entre o social, ambiental e econômico. Em 2019 foi apresentado um projeto de lei à assembleia legislativa, aprovado em 75 dias, o qual promoveu a flexibilização das exigências e critérios da lei, para o uso dos recursos naturais, favorecendo concessões e autolicensingamento às demandas de pequenos grupos de empresários. A realidade dos desastres ambientais foi provocada pela amplitude da exploração dos recursos naturais que a flexibilização da lei permitiu para garantir os interesses capitalistas. (Mídia Ninja,2024)

Até o presente momento Leite já realizou 480 alterações nos códigos ambientais do Rio Grande do Sul, e todas essas alterações foram marcadas pela brevidade e pela controvérsia.

Ambientalistas e técnicos apontaram diversas falhas e retrocessos no novo código, que, segundo eles, desmantelou décadas de avanços na proteção ambiental no estado. Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), descreveu o projeto como “desestruturante, destruidor e prostituinte”, ressaltando que representava um retrocesso de 40 anos na legislação ambiental gaúcha, como citado pelo Brasil de Fato. Entre as críticas levantadas pelos especialistas, destacam-se a

redução das medidas de proteção em áreas sensíveis, o afrouxamento do licenciamento ambiental, a terceirização da fiscalização e a desregulamentação do corte de árvores e da exploração de recursos naturais. O novo código também foi acusado de enfraquecer a proteção das florestas, das nascentes e das áreas de preservação permanente. (Mídia Ninja,2024)

A gestão de Leite defende as mudanças feitas nas legislações ambientais como modernização necessárias para equilibrar o desenvolvimento econômico. Os desastres recentes fizeram com que entidades como a Agapan, alertem para a necessidade de ações rápidas e concretas para o enfrentamento da crise climática. (Gomes,2024)

O desmonte neoliberal também afetou órgãos considerados importantes para a preservação dos Pampas (Bioma encontrado no território gaúcho) houve a extinção da fundação zoobotânica (instituição de pesquisa em meio ambiente mais respeitada do país) houve a privatização da Ceee (Companhia Estadual de Energia Elétrica) e também da Corsan (responsável pelo abastecimento de água de todo o Estado).

“Apesar de afirmar que não é hora de apontar culpados, Leite usou os problemas fiscais e a dívida com a União para justificar o fato de não ter investido o necessário em políticas de resiliência climática “(Gomes,2024).

Após toda repercussão negativa envolvendo sua gestão, Leite afirmou que foi alertado por cientistas dos desastres iminentes que iriam assolar todo território Gaúcho, mas, quando questionado sobre não ter tomado nenhuma iniciativa para prevenção ou até mesmo um controle de danos, afirmou que “O governo também vive outras Agendas” (Carta Capital,2024)

Sendo assim podemos observar que o desenvolvimento sustentável não tem espaço na agenda de governos capitalistas. Leite sabia que ao não cuidar das questões ambientais poderia colocar toda a população do Rio Grande do Sul em risco, até mesmo pessoas importantes para ele, mas em nome do lucro extremo optou por ignorar a realidade o que causou um desastre sem precedentes e uma dívida bilionária para reconstruir o Estado. (Carta Capital,2024)

## 2.2 QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL

O conceito socioambiental resulta da integração entre a questão social e a questão ambiental, promovendo uma nova interpretação das relações entre a natureza

e a sociedade. Essa abordagem reconhece que o desenvolvimento humano e a preservação ambiental são interdependentes, demandando soluções que considerem as necessidades e aspirações das sociedades, ao mesmo tempo em que respeitem e conservem o meio ambiente. Assim, o socioambientalismo propõe uma visão integrada, na qual os aspectos sociais, culturais, econômicos e ecológicos são analisados de forma conjunta para promover o equilíbrio e a sustentabilidade das interações humanas com o ambiente natural. (MENEZES, 2022)

A questão social refere-se ao conjunto de problemas sociais que emergem das desigualdades estruturais resultantes da relação entre capital e trabalho. Essas desigualdades afetam o acesso a direitos básicos como educação, saúde, habitação e trabalho, configurando um cenário de exclusão e marginalização. A questão social surgiu no século XIX, durante a Revolução Industrial e o processo de urbanização na Europa. O crescimento das cidades e a expansão das indústrias resultaram no empobrecimento e na precarização das condições de vida da classe operária. A exploração do trabalho, com jornadas exaustivas e condições insalubres, levou os trabalhadores a se conscientizarem sobre sua situação e a organizarem reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. (MENEZES, 2022)

Preocupada com os impactos da insatisfação operária, a burguesia começou a implementar políticas sociais como forma de conter tensões e evitar revoltas. Assim, surgiram as primeiras formas de proteção social, com o Estado assumindo um papel regulador e protetor, ainda que limitado. No modelo capitalista atual, a questão social assume novas configurações, sendo marcada pela ampliação das desigualdades, potencializadas por fenômenos como a globalização, o neoliberalismo, a reestruturação do capital e as crises econômicas. A degradação das relações de trabalho, evidenciada pela precarização, terceirização e desemprego estrutural, expõe a vulnerabilidade das camadas populares. (MENEZES, 2022)

A retirada do Estado de áreas sociais, por meio de privatizações e cortes em políticas públicas, agrava ainda mais a situação, deixando muitas famílias sem acesso a serviços essenciais. Nesse contexto, o Terceiro Setor, composto por organizações não governamentais e entidades filantrópicas, surge como uma resposta alternativa para atender às demandas que o Estado não consegue ou não quer suprir. A questão social

é considerada um objeto central de estudo e intervenção do Serviço Social. Assistentes sociais atuam diretamente nas expressões dessa questão, buscando mitigar desigualdades e promover direitos sociais. A profissão se desenvolve a partir da tensão entre a produção da desigualdade e as resistências que emergem da classe trabalhadora. (MENEZES, 2022)

Entretanto, há um debate se a questão social pode ser exclusivamente objeto de estudo do Serviço Social. Dado seu caráter multidimensional, diversas profissões, como médicos, engenheiros e advogados, também lidam com aspectos da questão social em suas áreas de atuação. No Brasil, a questão social é intensificada por uma histórica concentração de renda, pela desigualdade estrutural, que perpassa a questão de raça e etnia, de gênero e sexual. Problemas como desemprego, violência urbana e precarização dos serviços públicos refletem diretamente essas disparidades. Embora muitas pessoas vejam a questão social como uma responsabilidade exclusiva do governo, ela é frequentemente resultado de carências materiais e intelectuais decorrentes da pobreza. (MENEZES, 2022)

O governo tende a agir de forma mais incisiva em questões que ameaçam diretamente a estabilidade política, como homicídios e sequestros, enquanto problemas como desigualdade e injustiça social permanecem frequentemente tolerados ou ignorados. A questão social só é enfrentada pelo Estado quando os problemas sociais são agravados e o conflito social se aprofunda, quando representam uma ameaça concreta ao poder estabelecido. A construção de uma sociedade mais justa, no entanto, requer uma abordagem mais abrangente, que vá além das respostas emergenciais. Isso inclui a promoção de políticas públicas eficazes, o fortalecimento do papel do Estado e a valorização de profissões que atuam diretamente nas áreas de vulnerabilidade social, como o Serviço Social. (MENEZES, 2022)

A questão ambiental é um dos maiores desafios da contemporaneidade, refletindo a relação complexa e, muitas vezes, conflituosa entre o ser humano e o meio ambiente. Ela envolve a compreensão de que os recursos naturais são finitos e que a exploração desenfreada tem consequências graves, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos solos e escassez de água. (MENEZES, 2022)

Nos últimos séculos, o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico ilimitado tem intensificado o impacto humano sobre o planeta. A industrialização, a urbanização e o agronegócio, por exemplo, têm gerado um aumento significativo na emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global. Este, por sua vez, traz efeitos em cadeia, como o aumento de eventos climáticos extremos — furacões, secas prolongadas e inundações —, que afetam especialmente as populações mais vulneráveis. (MENEZES, 2022)

A questão ambiental, no entanto, não é apenas um problema ecológico, mas também social e político. Os países mais pobres, embora sejam os que menos contribuem para a degradação ambiental, são frequentemente os mais afetados por suas consequências. Assim, a crise ambiental também é uma crise de justiça social, evidenciando desigualdades históricas e estruturais. (MENEZES, 2022)

A solução para essa questão exige uma mudança de paradigma, que passa pela adoção de modelos de desenvolvimento sustentáveis. Isso implica repensar a forma como consumimos, produzimos e nos relacionamos com a natureza. A transição energética, a conservação de ecossistemas, a educação ambiental e a promoção de uma economia circular são alguns dos caminhos possíveis. (MENEZES, 2022)

Por fim, é importante destacar que a questão ambiental não se limita a um futuro distante; seus impactos já são sentidos hoje. Reconhecer essa urgência é essencial para que possamos agir de maneira eficaz e garantir um planeta habitável para as próximas gerações. A preservação do meio ambiente não é apenas uma responsabilidade ética, mas uma condição fundamental para a sobrevivência da humanidade. (MENEZES, 2022)

## 2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS

Dados os acontecimentos marcantes da Segunda grande Guerra Mundial com o uso das bombas atômicas e o holocausto do povo Judeu, quando foi declarado o fim da guerra, em 2 de setembro de 1945, o mundo se encontrava em uma situação de calamidade geral. A partir dessa realidade, pela primeira vez na história, líderes de 50 países se reuniram com um intuito nobre. Entre os dias 25 de abril a 26 de junho de

1945, esses líderes na cidade de San Francisco, participaram de uma reunião que ficou conhecida como a Conferência das Nações Unidas. A partir desta conferência foi criado um documento conhecido como “A Carta de São Francisco”, que foram elaboradas as diretrizes para a criação do que iríamos conhecer como a Organização das Nações Unidas (ONU). (ONU, 2015)

A carta de San Francisco foi escrita pautada nos seguintes princípios: fé em direitos humanos fundamentais; direitos iguais de homens e mulheres; a dignidade e o valor de cada pessoa; direito internacional e solução pacífica de disputas; melhores padrões de vida em maior liberdade. A carta mostra maneiras de enfrentamento de diversos problemas que a humanidade se deparava no pós-guerra, sendo dividida em 19 capítulos e 111 artigos. (ONU, 2020)

Mas somente em 24 de outubro de 1945 a ONU surgiu oficialmente por meio da ratificação da Carta de San Francisco, essa carta foi reconhecida pela China, União Soviética, França, Reino Unido, Estados Unidos e pela maioria dos outros signatários. (ONU, 2020)

Destaca-se a primeira tentativa mundial para debater problemas sociais, econômicos e ambientais ficou conhecida como, Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinha como meta erradicar os “problemas do milênio” até o ano de 2015, estabelecendo oito metas para concretizar o desenvolvimento mundial. (ONU, 2020)

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram criados pela ONU nos anos 2000 e contava com a participação de 191 Estados membros e 22 organizações internacionais. Os ODM tinham como objetivos a criação de oito passos para mudar o mundo, e buscavam solucionar os principais problemas da época e que os países membros da ONU acreditavam que era necessário erradicar ou até mesmo controlar até 2015. (ODM BRASIL, 2015)

A maioria dessas metas foram deferidas pelo Brasil na época do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que teve seu mandato entre os anos de 2003 até 2011, um governo de esquerda e marcado pela tentativa de desenvolver o país e intervir nos problemas sociais.

[...]A primeira meta da ODM consistia em erradicar a pobreza extrema e a fome, esse objetivo foi alcançado pelo Brasil em 2002, logo em 2008 essa população

representava apenas  $\frac{1}{4}$  da população que estava nessa situação nos anos 1990.

Posteriormente, a segunda meta consistia na universalização da educação básica e de qualidade para todos os jovens, em 2009, 95,3% das crianças entre 7 e 14 anos frequentam o ensino fundamental. No mesmo ano 75% dos jovens haviam concluído o ensino médio, apesar do baixo índice de conclusão do ensino médio o Brasil detém um dos melhores índices de conclusão do ensino básico (cerca de 50 milhões de pessoas).

A terceira meta tratava de promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, as mulheres passaram a corresponder, “a 46,1% da população economicamente ativa, e tiveram um aumento salarial que correspondia a apenas 72,3% da masculina”.

A quarta meta possuía como objetivo reduzir a mortalidade infantil, sendo que a mortalidade entre menores de 1 ano passou de 29,7% a cada mil nascidos nos anos 2000 para 15,6% em 2010. Já as crianças abaixo de 5 anos representaram uma queda de 65% a cada mil nascidos entre o ano de 1990 e 2010.

O quinto objetivo foi a meta que o Brasil mais teve dificuldade em cumprir, mas houve um aumento significativo no pré natal, pelo menos 1,7 milhões de gestantes fizeram no mínimo 7 consultas. O Governo Federal criou alguns programas para auxiliar as gestantes como “Saúde mais perto de você” e o “Rede Cegonha” que tinham como objetivo promover quatro componentes: pré-natal; parto e nascimento; puerpério e atenção integral à saúde da criança.

O sexto objetivo era combater as principais epidemias da época, tais como: AIDS, Malária, Tuberculose e Dengue. Para tanto, houve a criação de vários programas pelo SUS para controlar essas doenças, promovendo o acesso à medicação gratuita, acompanhamento médico de qualidade e programas de prevenção que ajudaram a população a ter noção de como se defender.

O sétimo objetivo é garantir a sustentabilidade ambiental. No Brasil, o desmatamento na Amazônia caiu entre 2010 e 2011, houve uma redução de 19,2% dos gases no efeito estufa, as terras indígenas correspondiam a maior parte das áreas de preservação do país, em relação ao saneamento básico 91,9% dos domicílios estavam ligados a rede de abastecimento de água, mas apenas 75,3% das casas tinham rede de esgoto.

O último objetivo se referia a luta global para o desenvolvimento social e internacional. O Brasil além de fazer políticas sociais procurou estabelecer relações diplomáticas com os países da América Latina e Caribe com a intensificação da agenda bilateral. (ODM BRASIL,2015.)

Mesmo com grandes esforços dos líderes mundiais não houve a mudança que os ODM exigiam, sendo assim, posteriormente, vários líderes de Estado se reuniram para estabelecerem novas metas em busca de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Dando continuidade ao plano mundial, em agosto de 2015, esses líderes conseguiram movimentar a criação de novas metas para resolver os problemas que ainda afligiam as populações de seus países. Assim, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o intuito de desenvolver os oito objetivos anteriores e de agregar mais nove objetivos, contabilizando no total de dezessete (17) objetivos de desenvolvimento sustentável, que deveriam ser alcançados até o ano de 2030, conforme proposta da Agenda 2030. (Cruz,2022)

Essa Agenda se trata de um plano global de ação que engloba as esferas ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável de maneira integrada e interconectada. Na referida agenda, encontram-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compostos por 17 objetivos e 169 metas para ação global a serem alcançadas até 2030. Orientados por essas metas globais, espera-se que, além de cumprir as metas acordadas, os países estabeleçam seus próprios objetivos nacionais e os incorporem em suas políticas, programas e planos governamentais.

As 17 metas consiste em:

- 1 – Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2 – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- 5 – Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6 – Água potável e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
- 7 – Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
- 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
- 9 – Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
- 10 – Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12 – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- 14 – Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
- 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17 – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (ONU,2015.)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, por si só não conseguirão promover mudanças na realidade mundial, são necessárias otimização da implementação de políticas públicas nas diversas áreas. As iniciativas e planos elaborados pelos Estados têm como objetivo assegurar e implementar os direitos estabelecidos em lei. Programas criados por governos com o objetivo de garantir o bem-estar e os direitos da população. Exemplos de políticas públicas necessárias para atingir os 17 objetivos são: os custos sociais dos serviços públicos, o programa de renda mínima, o programa Bolsa Família, a política de cotas para famílias em situação de vulnerabilidade, o pagamento de água e energia, dentre outros. (Instituto Terroá,2023)

Considerando as políticas públicas existentes, podemos ter a convicção de que a implementação dos ODS está cada vez mais próxima, no entanto, os ODM não foram plenamente implementados devido a um fator crucial: terem sido introduzidos em governos capitalistas. Não é de interesse do capitalismo que esses objetivos sejam implementados e efetivados, pois isso diminuiria a exploração dos menos favorecidos e, conseqüentemente, o lucro obtido com a exploração.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE NO BRASIL**

As políticas públicas de meio ambiente no Brasil são estruturadas em ações e diretrizes que visam à preservação e conservação dos recursos naturais, fundamentais para a sustentabilidade ambiental do país. Elas têm como base a Constituição Federal de 1988, que consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de todos, determinando que tanto o poder público quanto a coletividade têm o dever de preservá-lo para as gerações presentes e futuras. (Huff,2011)

Diversas legislações complementam esse princípio, estabelecendo normas e estruturas para a proteção ambiental. A Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e

definiu diretrizes como a avaliação de impacto ambiental e a implementação de planos de conservação. Já a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) estabelece penalidades e sanções para práticas que prejudiquem o meio ambiente, reforçando a responsabilidade tanto de indivíduos quanto de empresas em relação à proteção ambiental.( Constituição Federal.1988)

O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) regula o uso sustentável das florestas e da vegetação nativa, determinando regras para áreas de preservação permanente e reservas legais. Além disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) propõe uma abordagem integrada para a gestão de resíduos, incentivando práticas de reciclagem e garantindo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Essas políticas formam um arcabouço legal robusto, que visa promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a proteção ambiental com as atividades econômicas e sociais no Brasil.

### 3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Para entender a política de meio ambiente no Brasil, é necessário voltar os olhos para o passado, especialmente entre os séculos XVI e XX, quando o país era visto como um vasto território de domínio da Família Imperial Portuguesa e, mais tarde, pela Família Imperial Brasileira. Durante esse período, o território brasileiro foi considerado uma fonte inesgotável de recursos naturais, levando a séculos de exploração intensa. A extração predatória de madeira, minérios e a prática da monocultura, associadas aos ciclos econômicos do açúcar, ouro e café, causaram um grande esgotamento do solo e uma degradação significativa dos biomas. (IBAM, 2016)

Além disso, as políticas de crescimento econômico, implementadas entre os anos de 1945 e 1980, priorizaram a industrialização e a expansão agrícola sem levar em consideração a preservação ambiental. Isso intensificou a pressão sobre os ecossistemas, com desmatamentos em larga escala, principalmente, na Amazônia, e

danos irreversíveis em diversos biomas brasileiros, como a Mata Atlântica e o Cerrado. (IBAM,2016)

Entretanto, na década de 1980, houve um avanço significativo nas políticas ambientais, refletindo uma maior conscientização sobre os impactos devastadores dessa exploração descontrolada. Foi nesse período que o Brasil começou a desenvolver uma legislação ambiental mais robusta, alinhada com a preservação dos recursos naturais e a busca por um desenvolvimento sustentável.

A criação de leis específicas e o fortalecimento de órgãos de fiscalização marcaram o início de uma nova era para a proteção ambiental no país, consolidada com a inclusão do direito ao meio ambiente na Constituição de 1988.

Os protestos contra projetos nucleares, desmatamentos, agrotóxicos e poluição hídrica ganham visibilidade e pressões de todo o mundo direcionam países desenvolvidos e em desenvolvimento a criarem uma agenda ambiental. No Brasil, pode-se dizer que houve dois momentos-chave para a transformação no olhar sobre o meio ambiente: a) o lançamento da Lei no 6.938 (1981), conhecida como Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); e b) a edição da Constituição Federal de 1988, que deu autonomia aos Estados e Municípios na formulação de políticas ambientais e incluiu a sociedade civil como interlocutora das políticas do governo (IBAM,2016)

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída em 1981, é um marco fundamental na trajetória da preservação ambiental no Brasil, pois adota uma abordagem abrangente que integra o meio ambiente e a sociedade como elementos essenciais ao desenvolvimento sustentável. Essa política rompe com a visão limitada do meio ambiente como um simples depósito de recursos, promovendo um diálogo interdisciplinar entre diversos campos do conhecimento científico, tecnológico, econômico e social, o que contribui para uma compreensão mais abrangente dos desafios ambientais. (IBAM,2016)

A PNMA também introduz ferramentas de planejamento, como o zoneamento ambiental, padrões de qualidade ambiental, a avaliação de impactos ambientais e a criação de áreas protegidas. Esses mecanismos são essenciais para a preservação do patrimônio natural do país. A lei também deu origem a importantes órgãos, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e fortaleceu a criação de diretrizes para a implementação de uma política ambiental mais efetiva. (IBAM,2016)

Com a instituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), a gestão ambiental passou a ser descentralizada, permitindo uma atuação coordenada em diferentes níveis de governo. No âmbito federal, o Brasil criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989, responsável por fiscalizar e monitorar as políticas ambientais. Já em 1992, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi estabelecido como órgão responsável pela formulação dessas políticas. (IBAM,2016)

A década de 1990 trouxe uma guinada decisiva para as políticas ambientais brasileiras, ao abandonar o foco puramente econômico e adotar uma perspectiva mais sustentável. Um ponto de inflexão foi a ECO-92 — a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra. Realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, reuniu 179 países e representantes políticos, acadêmicos, empresariais e da sociedade civil. Durante o evento, foram estabelecidos marcos importantes, como a Carta da Terra, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção sobre mudanças climáticas, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21, que fortaleceram as bases da política ambiental global e local. (Scabin,2024)

Outro aspecto relevante da PNMA é a valorização da participação social na formulação e execução das políticas ambientais, evidenciada pela realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente a cada dois anos. Esse fórum reúne a sociedade civil, representantes do governo e o terceiro setor, atuando como espaço de consulta, proposição e avaliação de políticas públicas. Dentre os avanços promovidos por esse diálogo, destacam-se o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e a Lei de Gestão de Florestas Públicas, ambos com grande impacto na proteção dos ecossistemas brasileiros. (IBAM,2016)

Assim, a PNMA não apenas consolidou a proteção ambiental como um compromisso institucional e legal no Brasil, mas também possibilitou o desenvolvimento de uma governança ambiental que alia a preservação dos recursos naturais ao progresso social e econômico, visando garantir a sustentabilidade para as futuras gerações.

Outros eventos importantes que foram realizados após a ECO-92 foram: o protocolo de Kyoto em 1997 que consistia no primeiro tratado internacional para a diminuição dos gases prejudiciais que provocam o efeito estufa. O Tratado de Copenhague de 2015, onde os países da BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) junto com Estados Unidos e a União Europeia reconheceram a necessidade de limitar o aumento da temperatura mundial por meio da diminuição de práticas predatórias. Após a Eco-92, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) continuou a realizar suas conferências anuais (COPs), onde foram discutidos novos compromissos para enfrentar as mudanças climáticas. Exemplos são as COPs de Madri (COP-25, 2019) e de Glasgow (COP-26, 2021), que buscam maior comprometimento dos países para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. (Equipe Fas)

### 3.2 A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

O SISNAMA é um modelo de gestão ambiental que integra diferentes órgãos e instituições, promovendo a coordenação entre as esferas de governo para a implementação e fiscalização de políticas ambientais em todo o território nacional.

O sistema é composto por uma rede de instituições que vão desde órgãos de assessoria à Presidência da República até entidades municipais que realizam o controle e fiscalização ambiental diretamente nas comunidades locais. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) define o SISNAMA como um sistema que opera em três frentes principais:

1.Reformulação das políticas públicas de meio ambiente: O SISNAMA atua constantemente na revisão e atualização das normas e diretrizes que regem a proteção ambiental, garantindo que as políticas reflitam as demandas contemporâneas de sustentabilidade e conservação.

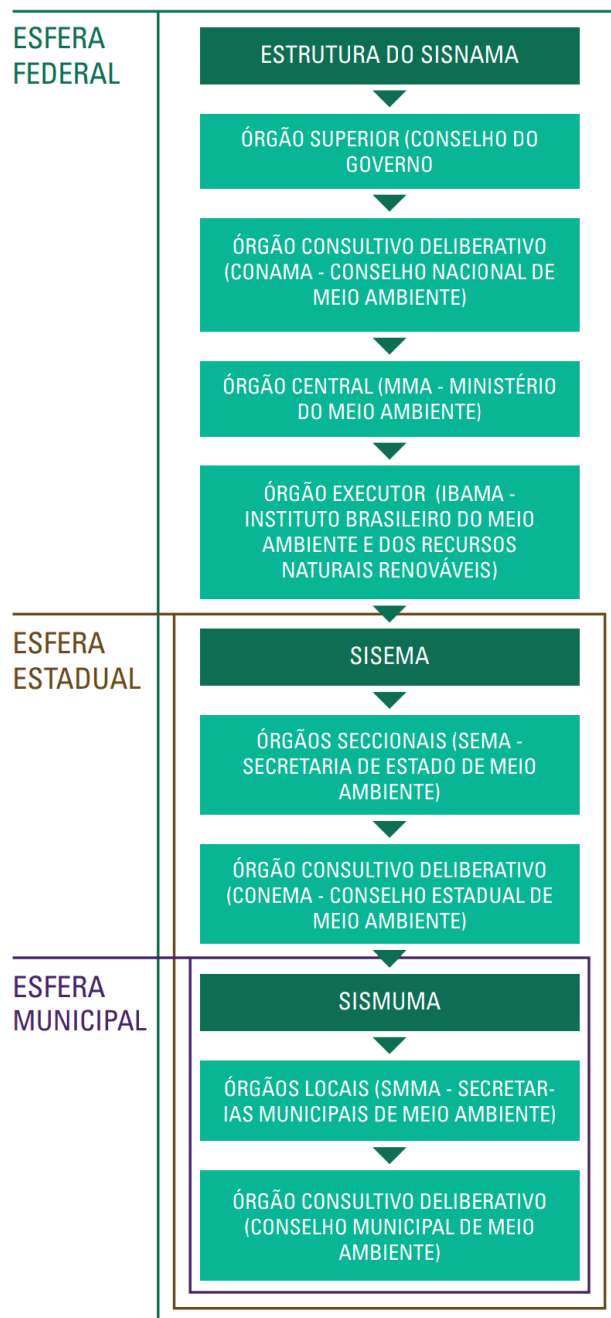
2.Articulação entre instituições: O sistema assegura a comunicação e cooperação entre as instituições federais, estaduais e municipais, fortalecendo a aplicação integrada das leis ambientais e o alinhamento das ações em todas as esferas de governo.

3. Execução das políticas ambientais: Os órgãos ambientais de cada nível são responsáveis por colocar as políticas em prática, fiscalizando o cumprimento das normas e aplicando as medidas necessárias para a conservação e recuperação dos recursos naturais.

Cada estado e município possui suas próprias estruturas administrativas e órgãos ambientais, complementando a atuação do governo federal. No entanto, é importante observar que Estados e Municípios devem seguir a legislação federal, enquanto os municípios também devem respeitar as normas ambientais estaduais. Esse modelo de descentralização permite uma maior eficiência na gestão e fiscalização, pois adapta às políticas às realidades locais, ao mesmo tempo em que mantém um marco regulatório nacional comum para garantir a uniformidade e a abrangência das medidas de preservação ambiental.

O SISNAMA é um exemplo claro da complexidade e da importância da governança ambiental no Brasil, mostrando como a coordenação entre diferentes níveis de governo é essencial para lidar com os desafios da conservação do meio ambiente em um país de dimensões continentais e com biomas tão diversos.

Tabela 1- ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELO MEIO AMBIENTE



Fonte:(IBAM,pág 19, 2016.)

### 3.3 OS CAMINHOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E A EFETIVAÇÃO DOS ODS

O acelerado processo de industrialização em nome do desenvolvimento voltado para a extração de recursos naturais conduzirá o Brasil e, conseqüentemente, várias nações que dependem de nossas exportações, a um colapso. (Souza,2023)

A implementação de ações em âmbito internacional, que garantam o alcance efetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é a única forma de salvar o Brasil e os demais países desse colapso. Tudo isso depende de uma articulação profunda e intersetoriais entre as políticas sociais nacionais com as políticas de meio ambiente no âmbito federal, estaduais e municipais. Algumas dessas estratégias são:

A integração entre os diferentes níveis de governo é fundamental para a implementação eficaz das 17 diretrizes dos ODS. Governos federal, estaduais e municipais precisam atuar de forma coordenada e alinhada, para que políticas voltadas à concretização dos ODS possam ser realmente efetivas.

O fortalecimento dos instrumentos da PNMA, além de intensificar a fiscalização e aplicar punições mais rigorosas e transparentes aos indivíduos que violarem suas diretrizes. (IBAM,2016)

A incorporação da educação ambiental ao longo de toda a trajetória escolar dos cidadãos consiste em estratégia urgente, pois somente por meio da educação ambiental sistemática e continuada será possível romper com a falsa ideia de progresso baseada na exploração excessiva de recursos naturais. (IBAM,2016)

Acompanhamento e avaliação: Para assegurar a eficácia das políticas ambientais e o cumprimento dos ODS, torna-se fundamental realizar um monitoramento contínuo dos indicadores ambientais, juntamente com sistemas de avaliação e ajustes das políticas. Esta abordagem está diretamente relacionada ao ODS 17 (Parcerias para a implementação), que estabelece mecanismos globais para o acompanhamento. (IBAM,2016)

Entre os principais desafios estão a fragilidade institucional em algumas regiões, a falta de recursos financeiros e profissionais e governantes comprometidos com a

preservação ambiental e questão socioambiental, além de pressões políticas e econômicas que nem sempre priorizam a sustentabilidade.

Por outro lado, a implementação de ações públicas e privadas de países do mundo inteiro para o alcance dos ODS, contribui e oferece oportunidades para estabelecer parcerias internacionais e atrair investimentos em áreas como energias renováveis, reflorestamento e tecnologias sustentáveis. Isso amplia a capacidade do Brasil de cumprir suas metas ambientais enquanto impulsiona o desenvolvimento.

(IBAM,2016)

Para o alcance dos ODS por meio da Política Nacional de Meio Ambiente, é essencial uma consciência crítica e ética sobre a questão socioambiental, um esforço colaborativo e uma visão de longo prazo, unindo a proteção ambiental com a justiça social e o desenvolvimento econômico sustentável.

#### **4 A GESTÃO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP**

A gestão das políticas públicas municipais de meio ambiente desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável e na preservação dos recursos naturais, especialmente em um contexto de crescente urbanização e desafios ambientais. No município de Franca, localizado no interior do estado de São Paulo, essa questão ganha relevância ao lidar com a conservação de áreas verdes, o manejo de resíduos sólidos, o controle da poluição e a conscientização da população sobre práticas sustentáveis.

Com a criação de políticas ambientais que buscam alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, o município de Franca enfrenta o desafio de integrar essas metas globais ao contexto local. A atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é fundamental nesse processo, uma vez que cabe a ela não apenas a formulação e implementação dessas políticas, mas também a coordenação de ações que envolvem diferentes setores da sociedade.

#### 4.1 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE FRANCA SP

Durante o século XVIII, o deslocamento de comerciantes e outros viajantes da época era bastante difícil e demorado. Com o progressivo esgotamento das áreas de exploração de ouro em Minas Gerais, essa população que por sua vez considerava o Estado de São Paulo como a via das incertezas começa a enxergar pelas veias dessa região uma forma de escapar das incertezas econômicas presente em seu território. O único caminho que conectava os sertões do Brasil Central à região litorânea era o Vale do São Francisco. Nessa região, ocorria o transporte de rebanhos e produtos comerciais. (Ferreira,2021)

Foto 1- Arraial de Franca 1827

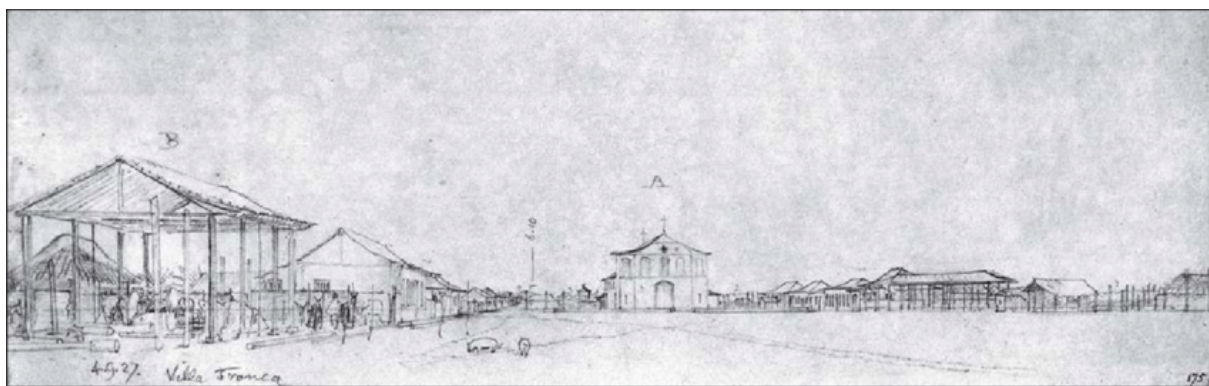


Imagem: Arraial de Franca, SP, segundo desenho de WJ Burchell. Fonte: FERREZ, 1981:113.

Como citado anteriormente as rotas comerciais utilizadas para ir de Goiás até o Mato Grosso eram tortuosas e longas, como essas viagens não possuíam nenhuma possibilidade de conforto, cabia a essas pequenas estalagens espalhadas pelas estradas oferecerem seus serviços aos comerciantes que passavam longas semanas nas estradas enfrentando sol e chuva. (Ferreira,2021)

Uma dessas pequenas estalagens conhecida como Covas deu origem aos primeiros sinais da população que conhecemos hoje como população francana.

Para Chiachiri Filho,(Chiachiri, 1986 apud Ferreira,2021) "a origem de Franca, enquanto arraial, freguesia, núcleo urbano data do século XIX, e se quisermos ser mais precisos, de 1805. Antes eram os pousos, o sertão do Rio Pardo, mas não o arraial e freguesia de Franca, que já nasceu Freguesia, graças ao grande fluxo de "intranses"

mineiros que, em pouco tempo, se espalharam por todo Sertão do Rio Pardo Caminho dos Guayanazes.”

Em 29 de agosto de 1805, um movimento popular liderado por um mineiro, conhecido como Hipólito Antônio Pinheiro, conseguiu com o governador da época Antônio José De Franca E Horta o título de freguesia. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

Se o início da povoação está ligada ao último período da mineração e seu declínio, a atividade primeira do arraial foi o comércio de sal, por conta da localização geográfica na rota de Goiás. Isso fez surgir atividades profissionais ligadas ao comércio e serviços como seleiros, ferreiros e carpinteiros. (Ferreira, 2021)

Em 1821, o arraial foi elevado à categoria de vila e recebeu o nome de Vila Franca D'El Rei. Nessa época, o estado de Minas Gerais tentou anexar a vila ao seu território, mas foi prontamente reprimido pela população local. Esse ato de resistência se tornou o primeiro marco histórico da cidade, demonstrando o orgulho e a identidade regional da comunidade. Esse sentimento de fidelidade se consolidou a ponto de ser incorporado na bandeira da cidade, com a frase em latim “*Genti Meae Paulistae Fidelis*” (“Fiel à minha Grei Paulista”), ressaltando a lealdade do povo à sua origem paulista. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

Em 1870, com a abertura do Rio Paraguai ao comércio, a cidade sofreu uma estagnação econômica significativa, resultado da diminuição das atividades comerciais e da retração dos mercados locais. Esse período de lentidão perdurou por quase duas décadas, até 1887, quando a inauguração da estação ferroviária da Companhia Mogiana trouxe novos ares ao desenvolvimento regional. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

Antes da chegada dos trilhos, a cidade mantinha uma economia basicamente doméstica e rudimentar, com produções voltadas exclusivamente para o consumo local, sem grandes possibilidades de expansão comercial. Contudo, a inauguração da estação marcou o início de uma nova fase. A conexão ferroviária incentivou a retomada das atividades comerciais e abriu portas para investimentos no setor agropecuário e cafeeiro. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

A partir desse momento, Franca começou a diversificar e expandir suas atividades econômicas, consolidando-se como uma cidade produtora de café de alta qualidade. Esse desenvolvimento robusto fez com que, em 1929, durante a crise do café que abalou muitas regiões, Franca se mantivesse relativamente estável, uma vez que sua produção diferenciada ajudava a garantir o mercado e a sustentar a economia local. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

Foto 2 - Estação Mogiana 1930



Fonte:Arquivos Pessoais foto colorida Marcelo Fradim

#### 4.2- ASPECTOS AMBIENTAIS

Neste ano, 2024, a cidade está completando 200 anos de existência. Franca, localizada no estado de São Paulo, possui uma população aproximada de 352.536 habitantes (dados de 2022). Segundo o relatório da Macroplan, realizado anualmente, a partir de indicadores oficiais de 15 áreas de serviços públicos oferecidos pelos municípios brasileiros, Franca foi classificada como a 2ª melhor cidade para se viver no Brasil (GCN, Franca, 11 de novembro de 2024). Com uma economia ativa, a cidade emprega grande parte de seus habitantes nas indústrias de calçados, no setor cafeeiro e no setor de serviços. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,780, e Franca ocupa a 75ª posição no ranking das cidades mais populosas do Brasil, ficando a 20ª no estado de São Paulo. Numa área de 605.679 km², sua densidade

demográfica é de cerca de 582,4 habitantes por km<sup>2</sup>. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

A vegetação de Franca está inserida no domínio da Mata Atlântica, com presença de áreas de Cerrado, embora a cobertura vegetal original tenha sido significativamente alterada pela urbanização e pelas atividades agrícolas. As plantações de café e as áreas de pecuária ocupam grande parte do espaço rural, e esforços têm sido feitos para preservar fragmentos de vegetação nativa, especialmente nas margens dos corpos d'água e em áreas de preservação permanente. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

Em termos de hidrografia, Franca é atravessada por diversas bacias hidrográficas, sendo a Bacia do Rio Canoas uma das principais. Este rio e seus afluentes desempenham um papel importante no abastecimento da cidade e da região. Outros corpos d'água, como o Córrego Cubatão e o Ribeirão dos Bagres, são fundamentais tanto para o consumo local quanto para a privacidade das atividades. A cidade conta com reservas e áreas de proteção ambiental para preservar esses recursos hídricos essenciais, o que contribui para a qualidade de vida e a sustentabilidade econômica da região. (SILVA; BENEVIDES; BOVO; LIMA, 2022)

#### 4.3 - A GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E OS IMPACTOS NOS ODS EM FRANCA

A cidade conta com uma secretaria especializada na gestão da Política municipal de meio ambiente, responsável pela criação, implementação e monitoramento de políticas, programas, projetos e serviços voltados à sustentabilidade e à preservação ambiental. Essa secretaria desempenha um papel fundamental ao articular e coordenar ações que visam não apenas mitigar impactos ambientais, mas também promover o desenvolvimento social e a conscientização ecológica. Além disso, ela trabalha em parceria com outras áreas e setores, garantindo que as iniciativas socioambientais estejam alinhadas com os objetivos estratégicos e contribuam para o bem-estar da comunidade e o equilíbrio ambiental. (Prefeitura de Franca, 2024)

A Secretaria do Meio Ambiente tem a função de promover a educação ambiental e a conscientização pública para a proteção dos recursos naturais, nascentes e Áreas de Preservação Permanente (APPs), estabelecendo prioridades e programas pertinentes à preservação ambiental. Suas atividades incluem a prevenção da degradação e a proteção dos ecossistemas e biomas, o desenvolvimento de iniciativas voltadas à defesa do meio ambiente, além da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de modo a propiciar um ambiente saudável. Também é papel da Secretaria difundir tecnologias de manejo ambiental, bem como divulgar dados, ações e informações ambientais de interesse público. Entre suas atividades, destaca-se ainda a idealização e coordenação de Arrastões de Limpeza e ações similares, que visam garantir a qualidade de vida e o bem-estar da população. (Prefeitura de Franca, 2024)

O Secretário do Meio Ambiente, que assumiu o cargo durante a gestão 2020/2024, sob a liderança do Prefeito do MDB, possui uma longa trajetória de serviço público e comprometimento com as questões ambientais. Como ex-vereador da cidade, ele conquistou dois mandatos de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Durante esses anos, dedicou-se a integrar a agenda ambiental ao contexto legislativo local, buscando criar políticas que estabeleçam precedentes em defesa do meio ambiente. (Prefeitura de Franca, 2024)

Em entrevista concedida para esta pesquisa que possui autorização do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), ele destacou que seu trabalho sempre foi voltado para a prevenção de desastres ambientais, com um enfoque nas políticas de proteção e gestão sustentável dos recursos naturais

Com formação acadêmica na área de engenharia civil, o Secretário é formado pelo Instituto Politécnico de Ribeirão Preto, vinculado à Instituição Moura Lacerda. Possui especializações em áreas estratégicas para a gestão ambiental e urbana: Engenharia de Saúde Pública e Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP/SP), Gerência de Cidade pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em Ribeirão Preto e Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade de Franca. Esses conhecimentos permitirão atuar com uma visão ampla e técnica, direcionada ao planejamento urbano sustentável e à proteção ambiental. (Prefeitura de Franca)

Antes de ocupar o cargo de Secretário, teve uma carreira diversificada que abrange a atuação como engenheiro civil autônomo em Ribeirão Preto e como professor em cursos profissionalizantes na rede pública estadual de ensino. Em suas aulas de nível médio, ele buscou levar aos alunos conceitos de sustentabilidade e a importância da preservação ambiental, promovendo uma consciência ecológica nas novas gerações. Além disso, ele teve uma trajetória notável na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), onde trabalhou por 42 anos, sendo que 30 anos foram dedicados à Gerência Distrital. Nesse período, desenvolveu e implementou diversos projetos de saneamento e proteção dos recursos hídricos, fundamentais para a preservação dos rios e nascentes da região, além de ter contribuído para o fortalecimento da infraestrutura sanitária local. (Prefeitura de Franca)

Ao longo de sua carreira, o Secretário assumiu ainda cargos de liderança em diversas entidades de classe e organizações ambientais. Foi presidente da Subseção de Franca da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo e da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca. Em sua atuação nessas entidades, ele se dedicou a fomentar o debate sobre a sustentabilidade e a promover a adoção de tecnologias e práticas ambientais inovadoras. Também foi um dos membros fundadores da Associação Ecológica e Educacional Amigos do Rio Canoas, organização dedicada à proteção e educação ambiental, que realiza projetos de conscientização sobre a importância dos rios e biomas locais. (Prefeitura de Franca)

Além disso, o Secretário presidiu o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, onde desempenhou um papel fundamental na criação e implementação de políticas públicas ambientais externas à preservação dos recursos naturais e ao desenvolvimento de práticas sustentáveis no município. Sua trajetória reflete um compromisso contínuo com a qualidade de vida da população e o equilíbrio ecológico, destacando-se como uma liderança ambiental com profunda dedicação ao bem-estar coletivo e à sustentabilidade.

A pesquisa de campo foi conduzida pela entrevista, com base em quatro questões norteadoras, tendo como ponto de partida o questionamento ao gestor sobre sua concepção de desenvolvimento sustentável e seu entendimento acerca dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse questionamento buscou compreender como as práticas de gestão incorporam os princípios de sustentabilidade e até que ponto estão alinhadas com as metas globais estabelecidas pelos ODS.

De acordo com o gestor, o conceito de sustentabilidade, em sua visão, possui como objetivo central a preservação do planeta por meio de práticas de consumo consciente, de modo que as ações presentes não comprometam a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Ele enfatiza que a sustentabilidade, para ser plenamente efetiva, deve considerar o "tripé da sustentabilidade", ou seja, a integração dos três pilares essenciais: social, ambiental e econômico.

O gestor explica que, em sua prática de gestão, busca adotar políticas que sejam ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis e socialmente justas, com o propósito de alcançar um equilíbrio que beneficie tanto o meio ambiente quanto a sociedade e a economia. Ele ressalta que, para atingir a sustentabilidade plena, é necessário que esses três pilares estejam interligados e sejam tratados de forma integrada, pois, em sua percepção, nenhum desenvolvimento pode ser considerado sustentável se não houver harmonia entre eles.

Além disso, o gestor manifesta grande alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando que considera fundamental a erradicação da pobreza, a promoção de práticas sustentáveis e a garantia dos direitos populacionais como metas centrais de sua atuação. Ele acredita que a adesão a esses objetivos representa não apenas uma responsabilidade ambiental e social, mas também um compromisso ético com o bem-estar das comunidades e com o desenvolvimento global responsável.

#### 4.3.1- O Plano Municipal de Meio Ambiente em Franca SP

Ao ser questionado sobre o Plano Municipal de Meio Ambiente e sua integração com o Plano Municipal da Cidade, o gestor primeiramente explica o papel fundamental do Código Municipal de Meio Ambiente, que opera como um instrumento essencial de controle e fiscalização das atividades potencialmente degradantes ao meio ambiente. Esse Código, conforme disposto no Art. 6º, inciso VI, da Política Nacional de Meio

Ambiente, estabelece diretrizes específicas para identificar, monitorar e, quando necessário, impedir práticas que possam ameaçar a integridade ambiental do município.

Segundo o gestor, a execução do controle ambiental é realizada por profissionais especializados, incluindo engenheiros agrônomos e ambientais, que monitoram ativamente as práticas no território municipal para assegurar que estejam em conformidade com os padrões de preservação exigidos. Já a fiscalização das atividades é um esforço conjunto que conta com a atuação da Guarda Civil Municipal e da Vigilância Sanitária, órgãos que oferecem suporte para garantir o cumprimento das normas ambientais e a proteção dos recursos naturais.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por sua vez, desempenha um papel ativo no desenvolvimento e implementação de ações práticas para a conservação do meio ambiente. Entre essas ações, destacam-se programas de plantio de mudas em áreas estratégicas do município, como parques, praças e margens de rios, além de iniciativas regulares de limpeza de áreas públicas, que contribuem para a manutenção da qualidade dos espaços verdes e a valorização da paisagem urbana.

Além dessas ações concretas de preservação, o gestor salienta a importância da mobilização social e da educação ambiental, uma vez que a conscientização da população é vista como um componente indispensável para a eficácia das políticas ambientais. Nesse sentido, o município dispõe de uma equipe de profissionais capacitados para realizar ações de sensibilização e engajamento com a comunidade, promovendo diálogos e reflexões sobre a relevância da preservação ambiental. Essas atividades educacionais buscam informar os cidadãos sobre práticas sustentáveis e os incentivam a contribuir com a proteção dos espaços naturais, reforçando a ideia de que a sustentabilidade é uma responsabilidade compartilhada.

Desse modo, o Plano Municipal de Meio Ambiente não apenas orienta as políticas públicas, mas também se articula com o Plano Municipal da Cidade para promover uma visão integrada de desenvolvimento sustentável. Essa integração visa harmonizar o crescimento urbano com a conservação ambiental, assegurando que o progresso econômico e social da cidade esteja alinhado aos princípios de preservação ecológica, garantindo um ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações.

#### 4.3.2- A Organização e Estrutura da Política Municipal de Meio Ambiente

De acordo com os dados fornecidos pelo secretário municipal de meio ambiente, as políticas de meio ambiente são extremamente diversificadas entre os anos de 2021 e 2024, o Jardim Zoobotânico do município recebeu um total de 6.286 visitantes nas visitas guiadas. Esse público abrangia desde estudantes da educação infantil até alunos do ensino técnico, além de grupos provenientes de serviços de assistência social e de centros de convivência para idosos. Essa diversidade reflete a ampla capacidade de alcance e inclusão social do Jardim, que atende a faixas etárias e perfis populacionais distintos, promovendo um espaço de aprendizado e sensibilização ambiental para toda a comunidade.

Foto 3 - Entrada do Jardim Zoobotânico de Franca/SP



Fonte: Por Vinícius Gazaroli - Obra do próprio, CC BY-SA 4.0,  
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=148244119>

Durante as visitas guiadas, os participantes têm a oportunidade de explorar e refletir sobre temas de grande relevância para a preservação ambiental, incluindo a importância de cada forma de vida para o equilíbrio ecológico e a responsabilidade compartilhada de garantir um ambiente saudável. Os temas envolvidos discutiram sobre a valorização da biodiversidade e a preservação dos ecossistemas locais, além de práticas de destinação correta dos resíduos sólidos, uma questão essencial para a sustentabilidade urbana. As visitas foram concebidas para não apenas informar, mas também incentivar práticas sustentáveis e fomentar o respeito ao meio ambiente em suas diferentes esferas.

É importante destacar que o número total de visitantes pode ter sido significativamente maior, já que o Jardim Zoobotânico também permite visitas panorâmicas. Essas visitas não guiadas, embora não contabilizadas nas estatísticas reveladas, ampliam o acesso da população ao espaço, permitindo que as pessoas explorem o ambiente de forma independente e em seu próprio ritmo, o que pode fortalecer ainda mais o vínculo da comunidade com o espaço verde e suas práticas de conservação.

Além das palestras educativas, o Jardim Zoobotânico também serve como base para uma série de outras atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, voltadas para a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. Entre essas ações, destaca-se o planejamento de 29.659 árvores em diversos pontos da cidade, com o objetivo de melhorar a qualidade do ar, mitigar os efeitos da chuva por meio do controle da infiltração e oferecer áreas de sombra, proporcionando uma melhoria na sensação térmica para os habitantes.

Entre 2021 e setembro de 2024, o Jardim Zoobotânico produziu um total de 78.638 mudas, incluindo espécies nativas, exóticas, paisagísticas e medicinais. Esse trabalho de produção é parte de uma estratégia ampla para promover a arborização urbana e rural, com o intuito de fortalecer a preservação ambiental e incentivar o contato da comunidade com a natureza. Dentre as mudanças produzidas, 33.979 foram feitas diretamente à população, incentivando o plantio tanto em áreas urbanas, como calçadas e praças, quanto em regiões rurais, promovendo, assim, o envolvimento dos cidadãos na expansão das áreas verdes.

No contexto das atividades realizadas no Jardim Zoobotânico, merece destaque o trabalho conduzido pelo VITAS (Viveiro Transitório de Aves Silvestres), um projeto dedicado à reabilitação e à destinação de aves resgatadas. Nos últimos quatro anos, o VITAS recebeu e atendeu 1.533 aves encaminhadas pela Polícia Ambiental. Nesse viveiro, é realizada uma triagem detalhada dos animais, com a inserção de seus dados no Sistema de Gerenciamento da Fauna Silvestre do Estado de São Paulo. Após o período de reabilitação, as aves são preparadas para a soltura em seus habitats naturais ou, conforme necessário, são repatriadas para outras localidades.

Foto 4 e 5 - Animais Resgatados pelo VITAS



Fonte: Prefeitura de Franca

Além do trabalho com aves, o Jardim Zoobotânico ampliou suas atividades de resgate ambiental ao implementar, em 2023, um programa de resgate de abelhas e marimbondos. Até o momento, essa iniciativa resultou no resgate de 94 ninhos distribuídos por toda a cidade, oferecendo uma alternativa ao extermínio e reduzindo o risco de acidentes com a população local. Esse projeto busca preservar as colônias de insetos, fundamentais para a polinização e para o equilíbrio dos ecossistemas, ao mesmo tempo em que promove a segurança dos moradores ao minimizar os riscos de interação acidental com esses animais.

Foto 6 - Abelhas Resgatadas



Fonte: Prefeitura de Franca

Outra instituição de relevância que promove visitas guiadas é o Aterro Sanitário da cidade, que, entre os anos de 2021 e 2024, recebeu um total de 959 participantes em

suas atividades educativas. Durante essas visitas, os participantes foram orientados sobre práticas adequadas de destinação de resíduos sólidos, abordando-se a importância da separação correta dos materiais e do descarte consciente.

Além das visitas guiadas, o município promove um serviço de atendimento educacional ambiental itinerante, que já visitou 1.489 residências e estabelecimentos comerciais. Durante essas visitas, a equipe realiza orientações sobre o descarte adequado de resíduos, buscando sensibilizar a população para práticas que minimizem os impactos ambientais. Além das orientações verbais, são distribuídos folhetos informativos que abordam temas relacionados à gestão de resíduos e à importância de uma postura consciente frente ao consumo e ao descarte de materiais.

Além das atividades regulares, o município também promove palestras educativas em instituições como escolas, hospitais e indústrias, alcançando um público total de 22.863 participantes ao longo dos últimos anos. Essas palestras são realizadas mediante solicitação das instituições ou em conformidade com as necessidades especificadas em diferentes regiões. As atividades são frequentemente associadas a datas comemorativas de importância ambiental, como o Dia Mundial da Água, o Dia do Meio Ambiente e o Dia da Árvore.

Como parte de suas iniciativas de educação e conscientização ambiental, o município instalou um total de 502 placas em locais estratégicos da cidade. Essas placas têm o objetivo de orientar a população sobre práticas corretas de descarte de resíduos e promover a preservação ambiental, bem como reforçar a criminalização do abandono de animais em espaços públicos.

As mensagens contidas nas placas abordam as diretrizes para o descarte responsável de lixo, lembrando os cidadãos sobre a importância de evitar a poluição e de seguir as práticas de separação de resíduos. Além disso, as placas enfatizam a ilegalidade e as consequências éticas e legais do abandono de animais, buscando sensibilizar a população para a proteção da fauna urbana e promover uma convivência mais harmoniosa e responsável com os animais.

De acordo com os dados fornecidos pelo secretário municipal de meio ambiente, as políticas de meio ambiente são extremamente diversificadas entre os anos de 2021 e 2024, o Jardim Zoobotânico do município recebeu um total de 6.286 visitantes nas

visitas guiadas. Esse público abrangia desde estudantes da educação infantil até alunos do ensino técnico, além de grupos provenientes de serviços de assistência social e de centros de convivência para idosos. Essa diversidade reflete a ampla capacidade de alcance e inclusão social do Jardim, que atende a faixas etárias e perfis populacionais distintos, promovendo um espaço de aprendizado e sensibilização ambiental para toda a comunidade.

Durante as visitas guiadas, os participantes têm a oportunidade de explorar e refletir sobre temas de grande relevância para a preservação ambiental, incluindo a importância de cada forma de vida para o equilíbrio ecológico e a responsabilidade compartilhada de garantir um ambiente saudável. Os temas envolvidos discutiram sobre a valorização da biodiversidade e a preservação dos ecossistemas locais, além de práticas de destinação correta dos resíduos sólidos, uma questão essencial para a sustentabilidade urbana. As visitas foram concebidas para não apenas informar, mas também incentivar práticas sustentáveis e fomentar o respeito ao meio ambiente em suas diferentes esferas.

É importante destacar que o número total de visitantes pode ter sido significativamente maior, já que o Jardim Zoobotânico também permite visitas panorâmicas. Essas visitas não guiadas, embora não contabilizadas nas estatísticas reveladas, ampliam o acesso da população ao espaço, permitindo que as pessoas explorem o ambiente de forma independente e em seu próprio ritmo, o que pode fortalecer ainda mais o vínculo da comunidade com o espaço verde e suas práticas de conservação.

Além das palestras educativas, o Jardim Zoobotânico também serve como base para uma série de outras atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, voltadas para a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. Entre essas ações, destaca-se o planejamento de 29.659 árvores em diversos pontos da cidade, com o objetivo de melhorar a qualidade do ar, mitigar os efeitos da chuva por meio do controle da infiltração e oferecer áreas de sombra, proporcionando uma melhoria na sensação térmica para os habitantes.

Entre 2021 e setembro de 2024, o Jardim Zoobotânico produziu um total de 78.638 mudas, incluindo espécies nativas, exóticas, paisagísticas e medicinais. Esse trabalho de produção é parte de uma estratégia ampla para promover a arborização urbana e rural, com o intuito de fortalecer a preservação ambiental e incentivar o contato da comunidade com a natureza. Dentre as mudanças produzidas, 33.979 foram feitas diretamente à população, incentivando o plantio tanto em áreas urbanas, como calçadas e praças, quanto em regiões rurais, promovendo, assim, o envolvimento dos cidadãos na expansão das áreas verdes.

No contexto das atividades realizadas no Jardim Zoobotânico, merece destaque o trabalho conduzido pelo VITAS (Viveiro Transitório de Aves Silvestres), um projeto dedicado à reabilitação e à destinação de aves resgatadas. Nos últimos quatro anos, o VITAS recebeu e atendeu 1.533 aves encaminhadas pela Polícia Ambiental. Nesse viveiro, é realizada uma triagem detalhada dos animais, com a inserção de seus dados no Sistema de Gerenciamento da Fauna Silvestre do Estado de São Paulo. Após o período de reabilitação, as aves são preparadas para a soltura em seus habitats naturais ou, conforme necessário, são repatriadas para outras localidades.

Além do trabalho com aves, o Jardim Zoobotânico ampliou suas atividades de resgate ambiental ao implementar, em 2023, um programa de resgate de abelhas e marimbondos. Até o momento, essa iniciativa resultou no resgate de 94 ninhos distribuídos por toda a cidade, oferecendo uma alternativa ao extermínio e reduzindo o risco de acidentes com a população local. Esse projeto busca preservar as colônias de insetos, fundamentais para a polinização e para o equilíbrio dos ecossistemas, ao mesmo tempo em que promove a segurança dos moradores ao minimizar os riscos de interação acidental com esses animais.

Outra instituição de relevância que promove visitas guiadas é o Aterro Sanitário da cidade, que, entre os anos de 2021 e 2024, recebeu um total de 959 participantes em suas atividades educativas. Durante essas visitas, os participantes foram orientados sobre práticas adequadas de destinação de resíduos sólidos, abordando-se a importância da separação correta dos materiais e do descarte consciente.

Além das visitas guiadas, o município promove um serviço de atendimento educacional ambiental itinerante, que já visitou 1.489 residências e estabelecimentos comerciais. Durante essas visitas, a equipe realiza orientações sobre o descarte adequado de resíduos, buscando sensibilizar a população para práticas que minimizem os impactos ambientais. Além das orientações verbais, são distribuídos folhetos informativos que abordam temas relacionados à gestão de resíduos e à importância de uma postura consciente frente ao consumo e ao descarte de materiais.

Além das atividades regulares, o município também promove palestras educativas em instituições como escolas, hospitais e indústrias, alcançando um público total de 22.863 participantes ao longo dos últimos anos. Essas palestras são realizadas mediante solicitação das instituições ou em conformidade com as necessidades especificadas em diferentes regiões. As atividades são frequentemente associadas a datas comemorativas de importância ambiental, como o Dia Mundial da Água, o Dia do Meio Ambiente e o Dia da Árvore.

Como parte de suas iniciativas de educação e conscientização ambiental, o município instalou um total de 502 placas em locais estratégicos da cidade. Essas placas têm o objetivo de orientar a população sobre práticas corretas de descarte de resíduos e promover a preservação ambiental, bem como reforçar a criminalização do abandono de animais em espaços públicos.

As mensagens contidas nas placas abordam as diretrizes para o descarte responsável de lixo, lembrando os cidadãos sobre a importância de evitar a poluição e de seguir as práticas de separação de resíduos. Além disso, as placas enfatizam a ilegalidade e as consequências éticas e legais do abandono de animais, buscando sensibilizar a população para a proteção da fauna urbana e promover uma convivência mais harmoniosa e responsável com os animais.

#### 4.3.3- Desafios e Implementação da Política

A administração pública de Franca vem promovendo esforços contínuos e relevantes para alcançar as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Meio Ambiente, com um foco claro em práticas sustentáveis e na criação de uma infraestrutura que favoreça a proteção ambiental. Segundo o secretário responsável pela pasta, o município tem obtido avanços expressivos, principalmente no que diz respeito ao Programa de Saneamento Básico, um pilar essencial para a melhoria da qualidade de vida da população e para a preservação dos recursos hídricos e do solo.

Dentro desse contexto, a gestão de resíduos sólidos tem sido uma prioridade. A cidade tem intensificado os investimentos em seu aterro sanitário, com o objetivo de melhorar sua capacidade de absorção e garantir o tratamento adequado dos resíduos que ali são depositados, minimizando impactos ambientais adversos e cumprindo as normas de segurança sanitária. Esse processo envolve a modernização de equipamentos e a adoção de técnicas avançadas de manejo e monitoramento, que contribuem para uma operação mais eficiente e menos prejudicial ao meio ambiente.

Para ampliar as possibilidades de descarte consciente e reduzir o acúmulo inadequado de resíduos, foram instalados quatro ecopontos em pontos estratégicos da cidade, funcionando 24 horas por dia. Esses ecopontos representam uma importante ferramenta para a população, que pode descartar corretamente resíduos recicláveis, restos de materiais de construção civil e itens considerados inservíveis. A instalação desses pontos promove a prática de reciclagem e reaproveitamento, além de facilitar a gestão e o controle dos resíduos sólidos pelo município. Recentemente, foi implementado um novo programa específico para a coleta e destinação final desses resíduos, buscando integrar e ampliar os serviços já oferecidos, além de aumentar a eficiência operacional. Essas iniciativas refletem o compromisso de Franca com uma gestão ambiental responsável e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Foto 7 - Ecoponto



Fonte: Prefeitura de Franca

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados pela cidade como norteadores para o desenvolvimento de suas políticas públicas, desempenham um papel central na ampliação de serviços e no estímulo a práticas sustentáveis. Eles não apenas fornecem diretrizes que ajudam a administração municipal a alinhar-se com as necessidades locais, mas também reforçam os compromissos globais assumidos pelo Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar social e ambiental.

Um exemplo concreto desse alinhamento é a Lei Municipal Complementar nº 391 de 2022, que institui a Política Municipal de Estímulo e Incentivo ao Aproveitamento de Energia Solar, em consonância com o ODS 7, que visa promover o acesso à energia limpa e acessível para todos. Essa lei busca incentivar a instalação de sistemas de energia solar em residências, empresas e prédios públicos, contribuindo para a diversificação da matriz energética local e para a redução das emissões de gases de efeito estufa. A lei reflete uma política pública inovadora que estimula a adoção de tecnologias sustentáveis e promove o uso responsável dos recursos naturais, além de beneficiar diretamente a população ao reduzir os custos energéticos.

Esta iniciativa alinha-se diretamente ao ODS 7, que promove o acesso a uma energia limpa e acessível, contribuindo para a transição energética da cidade e para a redução do impacto ambiental. Dessa forma, a implementação de políticas como essa

reflete o empenho da gestão pública em integrar os ODS ao contexto local, promovendo um desenvolvimento urbano mais sustentável e resiliente.

Além do ODS 7, a administração municipal tem investido significativamente em ações que contemplam outros dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o ODS 6, que trata de Água Potável e Saneamento, e o ODS 12, que promove o Consumo e Produção Responsáveis. No contexto do ODS 6, a gestão vem implementando melhorias contínuas na infraestrutura de saneamento e abastecimento de água, buscando garantir o acesso universal e sustentável aos serviços de água potável e saneamento. Já no âmbito do ODS 12, os ecopontos têm desempenhado um papel essencial na coleta e destinação final adequada de resíduos recicláveis, materiais inservíveis e resíduos de construção civil (RCC). Esses pontos de coleta contribuem para a redução do impacto ambiental, reforçando práticas de consumo e descarte mais conscientes e sustentáveis.

De maneira mais ampla, é importante reconhecer o papel das atividades educacionais promovidas pela gestão, que atuam como alicerces na implementação dos 17 ODS.

Apesar dos avanços significativos nas políticas ambientais e nos serviços oferecidos pela administração municipal, alguns desafios persistem, exigindo uma atenção redobrada e um esforço contínuo para promover uma consciência ambiental sólida entre os cidadãos. Um dos principais desafios enfrentados é o descarte irregular de resíduos sólidos por parte de alguns moradores. Embora o município disponibilize uma ampla gama de serviços para facilitar o descarte correto — como a coleta semanal de resíduos recicláveis, mutirões de limpeza, coleta de materiais indesejáveis e ecopontos operando 24 horas por dia — o problema do descarte ilegal ainda é recorrente em diversos pontos da cidade, como terrenos baldios e áreas de preservação.

Esse comportamento gera sérias implicações ambientais e urbanísticas, uma vez que resíduos podem ser descartados de forma inconveniente, poluir o solo e a água, além de prejudicar a paisagem urbana e aumentar os custos de limpeza para o poder público. O município busca fortalecer a fiscalização, mas esse tipo de ação isolada nem sempre é suficiente. Há uma necessidade crescente de campanhas educativas mais

intensivas, que conscientizem a população sobre os danos causados pelo descarte incorreto e promovam uma cultura de responsabilidade ambiental.

Outra questão relevante que interfere no desenvolvimento sustentável da cidade é o abandono de animais, uma prática que, além de ser cruel, gera problemas de saúde pública e de controle populacional de cães e gatos nas ruas. Para enfrentar essa questão, a cidade oferece um conjunto de serviços que visa minimizar o problema: programas de castração gratuitos, que ajudam a controlar a população de animais; campanhas de adoção, que incentivam a adoção responsável; e o “VetMóvel”, um serviço móvel que presta atendimento veterinário a animais comunitários e de famílias de baixa renda. Mesmo com esses recursos, o abandono de animais continua sendo uma preocupação, ressaltando que ainda há barreiras culturais e falta de conscientização sobre a posse responsável de animais.

Um outro desafio é a falta de investimento por parte da prefeitura e que tem gerado entraves significativos no desenvolvimento de projetos essenciais e no atendimento das demandas crescentes da Secretaria de Meio Ambiente. Em um contexto em que questões ambientais ocupam um espaço cada vez mais relevante nas políticas públicas e nas preocupações da sociedade, a limitação de recursos impede a execução de iniciativas que poderiam ter um impacto positivo na qualidade de vida da população e na preservação dos recursos naturais.

Entre os desafios enfrentados pela Secretaria está a limitação na ampliação e manutenção de programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos, fundamentais para a saúde pública e para o meio ambiente. Com o orçamento atual, a expansão dos ecopontos, a modernização do aterro sanitário e a implementação de programas de reciclagem em larga escala se tornam inviáveis, o que compromete o gerenciamento adequado dos resíduos e aumenta o risco de descartes irregulares. Sem investimentos suficientes, a secretaria é forçada a operar com infraestrutura e equipamentos limitados, o que reduz a eficiência e eleva os custos de operação.

Além disso, a falta de recursos impacta diretamente os programas de educação ambiental, essenciais para conscientizar a população sobre práticas sustentáveis. Esses programas são fundamentais para incentivar a responsabilidade social e o engajamento dos cidadãos na preservação dos recursos naturais. Sem financiamento

adequado, é difícil realizar campanhas abrangentes, workshops e ações educativas em escolas e comunidades. Essa ausência de programas de conscientização resulta em um menor envolvimento da sociedade nas questões ambientais, o que dificulta ainda mais o cumprimento das metas ambientais da cidade.

A insuficiência de investimentos também impede a implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade energética, como o incentivo ao uso de energia solar. A legislação existe, mas, sem recursos, a cidade é incapaz de oferecer subsídios ou apoio técnico que permitam a adoção dessa tecnologia em larga escala. Isso retarda a transição para uma matriz energética mais limpa e sustentável, em desacordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Outro ponto crítico da falta de investimento na capacidade da Secretaria de Meio Ambiente em fiscalizar e monitorar práticas prejudiciais ao meio ambiente. Sem recursos para contratar equipes e adquirir equipamentos de monitoramento, torna-se difícil identificar e penalizar infrações ambientais, o que permite que práticas prejudiciais ao meio ambiente, como o desmatamento ilegal e o despejo de resíduos em locais inadequados, se perpetuem.

A falta de financiamento adequado compromete, portanto, a capacidade de Franca em desenvolver políticas públicas sólidas de preservação e proteção ambiental. A ausência de um compromisso financeiro por parte da prefeitura dificulta a criação de uma cidade mais sustentável, resiliente e capaz de atender às demandas atuais e futuras da população.

## **5 Considerações Finais**

Essa pesquisa teve como objetivo compreender a gestão de políticas ambientais e o seu impacto no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os estudos realizados possibilitaram o entendimento sobre o desenvolvimento sustentável e as implicações necessárias para garantir o alcance dos ODS. Considerando o objetivo geral desta investigação, constata-se que ele foi alcançado, quando, efetivamente, foi possível conhecer o plano municipal de Meio Ambiente da cidade de Franca/SP e refletir sobre sua proposta em âmbito local. As

análises realizadas confirmam a importância para o desenvolvimento sustentável e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em escala local. Ficou evidente que as ações ambientais no âmbito municipal são essenciais, uma vez que é no nível local que grande parte dos problemas ambientais se manifestam e impactam diretamente na qualidade de vida da população.

Os principais resultados revelam que as políticas de meio ambiente, quando bem planejadas e inovadoras, podem promover a preservação dos recursos naturais, melhorar a gestão de resíduos, reduzir as emissões de gases tóxicos e fomentar uma consciência ecológica na comunidade. Estas políticas também apresentam o potencial de mobilizar diversos setores da sociedade, desde órgãos públicos até a iniciativa privada, além de toda população, na construção de um município mais sustentável, ou seja, meio ambiente protegido, com justiça social e equilíbrio no desenvolvimento econômico.

Entretanto, a pesquisa também tem limitações, como a necessidade de maior integração entre a universidade, órgãos da administração pública municipal, setores empresariais e sociedade civil organizada. Essa integração poderá ampliar as oportunidades para estudos futuros e aprofundar práticas de gestão democrática visando identificar estratégias para fomentar e fortalecer uma cultura da sustentabilidade socioambiental. Embora o caminho para o cumprimento integral dos ODS seja desafiador, o fortalecimento da gestão de políticas ambientais pode atuar como um pilar central na construção de um futuro sustentável. Com este estudo, espera-se contribuir para a compreensão dos impactos da gestão da política de meio ambiente e inspirar novas abordagens que colaborem para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável, equilibrada e justa. Termina-se essas considerações com uma reflexão do ativista político e ambientalista Chico Mendes que foi assassinado no ano de 1988 por defender a floresta amazônica.

No começo, pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.” – Chico Mendes

Lutar pela preservação ambiental não é apenas uma questão de salvar plantas, animais, minérios, terra, água etc; é uma questão de salvar a vida humana. Ao proteger a biodiversidade e cuidar dos ecossistemas, promove-se a garantia do equilíbrio necessário para a sobrevivência humana. O bem-estar geral das pessoas, do globo terrestre e do sistema social existente depende do bem estar dos recursos da natureza. Assim, a gestão da política pública de meio ambiente deve estar conectada com as demais políticas públicas, deve ser implementada com compromisso ético e político, ocupando espaço na agenda de prioridades na gestão dos municípios, estados e países.

## REFERÊNCIAS

Agência Senado (org.). **Protocolo de Kyoto**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: [s. n.], [1981]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LIS/L6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%....> Acesso em: 09 julho de 2024

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9605.htm). Acesso em 10 de julho de 2024

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Institui o novo código florestal brasileiro. BRASIL.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

Caderno de estudo: **política nacional de meio ambiente**. / IBAM. – Rio de Janeiro: IBAM, 2016. <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/eco-92-rio-92-cupula-da-terra/> 03 ago. 2024

CARTA CAPITAL (ed.). **O negacionismo climático de Eduardo Leite**. 2024. Disponível em: [ww.cartacapital.com.br/opinia/o-negacionismo-climatico-de-eduardo-leite/](http://ww.cartacapital.com.br/opinia/o-negacionismo-climatico-de-eduardo-leite/). Acesso em: 22 abr. 2024.

**Carta da ONU foi assinada há 75 anos – e seus princípios continuam verdadeiros**. ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/62VRaUkEpyw>. Acesso em 12 de junho de 2023.

**Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. ONU Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 de Junho de 2024.

Cruz, Danielle Keylla Alencar et al. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil**. Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]. 2022, v. 31, n. spe1 [Acessado 29 Julho 2024]e20211047. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200010.e20211047>>. Epub 01 Ago 2022. ISSN 2237-9622. <https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200010.especial>.

**Eduardo Leite afrouxou regras ambientais e ignorou alertas de enchentes**. Mídia Ninja, 2024. Disponível em: <https://midianinja.org/eduardo-leite-afrouxou-regras-ambie>

ntais-e-ignorou-alertas-de-enchentes/. Acesso em 15 de junho de 2024.

EQUIPE FAS (org.). **O caminho até Dubai**:: confira o histórico de cops desde 1995. confira o histórico de COPs desde 1995. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/11/17/o-caminho-ate-dubai-confira-o-historico-de-cop-desde-1995/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Ferreira, Mauro. **Vila Franca D'el Rey : 200 anos de arquitetura e urbanismo**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2021. Print

HUFF THEODORO, Suzi (org.). **Os 30 anos da política nacional de meio ambiente: conquistas e perspectivas**. 2011

INSTITUTO TERROÁ. **A agenda 2030 no Meio do Caminho**:: como avançar com os ods?. Como avançar com os ODS?. Disponível em: [https://www.institutoterroa.org/agenda2030/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjw9p24BhB\\_EiwA8ID5BtdihzbDtyw5eNBzocentModOAuKDXmHpxKIBDBBFen4sLUOa59inhoCh2EQAvD\\_BwE](https://www.institutoterroa.org/agenda2030/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw9p24BhB_EiwA8ID5BtdihzbDtyw5eNBzocentModOAuKDXmHpxKIBDBBFen4sLUOa59inhoCh2EQAvD_BwE). Acesso em: 24 ago. 2024

Ipiranga ASR, Godoy AS, Brunstein J. **Introdução**. RAM, Rev Adm Mackenzie [Internet]. 2011Jun;12(3):13–20. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300002>Acesso em 14 de junho de 2024.

LAFER, Celso. **A ONU e os direitos humanos. Estudos Avançados** (9). Dez 1995.

LAURINDO, Renata. **Os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. IPEA, 17 jun. 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3263&catid=](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3263&catid=). Acesso em: 14 de junho de 2024.

**Lei 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 ago. 2024

**Lei Complementar 391 2022 de Franca SP**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 9, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996.**

MENEZES, Amanda Naiara de. A Questão Socioambiental e o Desenvolvimento Sustentável no Capitalismo Contemporâneo. In: LIMA, Maria José de Oliveira (org.). **Gestão De Demandas Socioambientais**: políticas públicas e associações comunitárias. Curitiba: Crv, 2022. Cap. 1. p. 19-34.

Prefeitura de Franca. **Apresentação Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/meio-ambiente/ap-meio-ambiente>. Acesso em: 02 out. 2024.

REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE. **Conheça o Tratado de Copenhague firmado na COP 15**. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/conheca-tratado-copenhague-firmado-cop-15/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ROCHA, Diego. **Prefeituras serão premiadas por ações para melhorar o mundo**. [2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/odm>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA, Antônio Inácio da; BENEVIDES, Geis de Oliveira; BOVO, Lúcia Regina; LIMA, Maria José de Oliveira. A Realidade Socioambiental do Bairro Jardim Portinari da Cidade de Franca/Sp e Suas Principais demandas. In: LIMA, Maria José de Oliveira (org.). **Gestão De Demandas Socioambientais**: políticas públicas e associações comunitárias. Curitiba: Crv, 2022. Cap. 4. p. 85-110.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo Contemporâneo e "Questão Ambiental": O Desenvolvimento Sustentável e a Ação do Serviço Social**. Orientador: Prof<sup>a</sup> Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes. 213 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**, 1.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Souza R de. **A RELAÇÃO ENTRE O DESMONTE DA POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS**. Veredas do Direito [Internet]. 2024;21:e212473. Available from: <https://doi.org/10.18623/rvd.v21.2473>

**Tragédia climática e ambiental no Rio Grande do Sul em 2024**. Artigo de Paulo Brack, Instituto Humanista Unisinos, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/639766-tragedia-climatica-e-ambiental-no-rio-grande-do-sul-em-2024-artigo-de-paulo-brack>. Acesso em em: 15 de Junho de 2024.